



Investimento Directo Estrangeiro, Recursos Minerais e Opções para Moçambique: Reflexões

**Carlos Nuno Castel-Branco com a colaboração de
Rogério Ossemane, Sofia Amarcy, Oksana Mandlate e Carlos Muianga**

Debate a convite de S. Excia. Primeiro-Ministro
Centro de Conferências Joaquim Chissano
Maputo, 18 de Maio de 2012

Estrutura da apresentação

- Introdução
- Propondo o problema: a geração, absorção e utilização da riqueza pela economia em favor da economia como um todo.
- Ligações industriais e estratégia industrial
- Ligações fiscais e impacto macroeconómico
- Conclusões

Introdução

- O objectivo da apresentação é propor uma metodologia.
- Não é apresentado um programa ou plano de trabalho – programas e planos requerem:
 - Decisões sobre metodologia – que perguntas fazer e como abordá-las
 - Decisões executivas – grupos executivos profissionais de trabalho para se ocuparem sobre os detalhes e apresentarem propostas precisas de planos, programas e decisões executivas, seguidos pela tomada dessas decisões
- Numa sessão desta natureza, de debate e *brainstorming*, não se avança para além de propostas de metodologia e abordagens.
- Portanto, a apresentação é focada no argumento sobre a importância de ligações, as oportunidades de ligações, os tipos de ligações e os cuidados a ter com as diferentes ligações. Para se fazer alguma coisa prática sobre o assunto é preciso tomar decisões sobre estas questões e criar as capacidades executivas que possam propor decisões executivas. Esta parte, das decisões e das direcções executivas do trabalho, já não compete nem a esta apresentação nem a este debate.

Propondo o problema I: firmas, economia e indicadores de impacto

- Actividades produtivas são realizadas por firmas que, em sistemas capitalistas, são propriedade do capital. O que as firmas (ou capital) ganham com essas actividades difere do que a economia como um todo ganha. Por isso, indicadores como “valor de investimento”, “infraestruturas”, “valor de exportações”, “saldo da balança comercial” ou “crescimento do PIB”, em si, não reflectem os ganhos da economia.
 - Investimento é o “oxigénio” que as firmas precisam. Portanto, é “energia” consumida pelas firmas para existirem e funcionarem. Esse consumo de “energia” não é o contributo da firma para a economia; o contributo da firma depende de como é que a “energia” é gerada e apropriada, como é que a firma gera o excedente, que excedente a firma gera, e como é que esse excedente é usado na economia.
 - As infraestruturas criadas para a operação das firmas são o seu sistema circulatório. São vitais para as firmas, mas a sua existência, em si, não diz nada sobre os ganhos para a economia. Economias em África e no resto do Mundo estão cheias de exemplos de infraestruturas (desde estradas, caminhos de ferro, portos, barragens, minas, centrais eléctricas, cidades inteiras, etc.) criadas para fins de exploração de um dado recurso mineral que nunca serviram para mais nada e se tornaram fantasmas e inúteis assim que as minas se esgotaram ou o recurso perdeu viabilidade ou utilidade comercial.

Propondo o problema I: firmas, economia e indicadores de impacto

- Exportações e balança comercial reflectem transacções entre firmas e não dizem nada sobre a absorção dessas transacções na economia. Os rendimentos das transacções pertencem às firmas e a economia como um todo só absorve em função da densidade da malha económica através da qual o rendimento pode ser distribuído – ligações produtivas, emprego, relações fiscais, etc. Este ponto é particularmente verdadeiro quando as firmas que transaccionam são estrangeiras, baseadas em paraísos fiscais e os valores das transacções nem chegam a entrar no sistema financeiro da economia hospedeira do projecto. Este é o caso de Moçambique – o registo das transacções das grandes empresas multinacionais na balança de pagamentos é apenas contabilístico, pois o grosso dos valores transaccionados nunca entra na economia nem no seu sistema financeiro.
- A taxa de crescimento do PIB não capta nem as determinantes do crescimento, nem o tipo ou padrão de economia e sociedade que emergem com esse crescimento, nem tão pouco as oportunidades que o padrão de crescimento cria ou elimina. A distribuição real do rendimento, a absorção da riqueza pela economia, a produtividade, a inovação também não são captadas pela taxa de crescimento do PIB. Além disso, a fórmula de cálculo do PIB perverte o sentido de crescimento: por exemplo, a simples extracção de recursos é totalmente adicionada ao PIB (do valor do trabalho usado na extracção deveria ser deduzida a redução do stock de recursos não renováveis); do mesmo modo que a reparação dos danos causados pela tsunami no Japão fez o PIB japonês crescer (quando de facto deveria ter apenas repostos o que deveria ter sido extraído do PIB por causa da tsunami). A transformação de activos reais em financeiros e a sua contínua revenda passaram a ser adicionadas ao PIB, mas isto não cria novos recursos e capacidades; apenas gera bolhas económicas que explodem em crises cíclicas como a actual.

Propondo o problema II: o papel das ligações

- A economia não é o somatório aritmético de empresas, pelo que o resultado desse somatório também não indica o que é que a economia como um todo beneficia com as actividades das empresas. Do mesmo modo que um organismo vivo não é um simples somatório de órgãos vitais.
- Para beneficiar da actividade das firmas, a economia tem que absorver e usar o excedente que é gerado de uma forma abrangente. Isto é, precisa de gerar ligações, e quanto mais densas, intensas e multifacetadas essas ligações forem, mais riqueza a economia poderá absorver, usar e gerar de forma mais abrangente e mais equitativa. Do mesmo modo que o oxigénio chega a todo o organismo não apenas por ter entrado nos pulmões, mas por causa da tremenda densidade de vasos capilares que permitem ao sangue oxigenado chegar a todas as células.
- As ligações não são automáticas nem resultam da simples existência de oportunidades. Um grande projecto pode gerar oportunidades de emprego para qualificações que a economia não dispõe, ou pode criar procura de bens e serviços com especificações que a economia ainda não consegue atingir. A existência de procura é uma oportunidade, mas a oportunidade é apenas isso – uma oportunidade – e não uma ligação concretizada ou concretizável. Ligações (concretização de oportunidades) não são automaticamente derivadas da existência de oportunidades. Qualquer amante do futebol sabe a diferença entre a oportunidade e o golo, e que os golos são geralmente a concretização de uma fracção pequena das oportunidades.

Propondo o problema II: o papel das ligações

- Ligações exigem acção e inteligência estratégica.
 - Acção para criar a capacidade de gerar e aproveitar oportunidades. Isto exige investimento e outras capacidades adicionais. Não é a estrada que concretiza a oportunidade, mas o investimento e outras capacidades adicionais que são gerados para tirar proveito da estrada. Logo, o que importa mais não é a densidade de estradas mas como são exploradas para fazer ligações.
 - Inteligência estratégica para identificar quais são as ligações que podem/devem ou não ser criadas em diferentes momentos e para fazer o quê. A questão não é “o que é possível fazer?”, mas “o que é que gera mais oportunidades e capacidades de concretização de ligações, pode atingir economias de escala e tem mercados reais interessantes?”.
- **Portanto**, para Moçambique, a questão central não é atrair investimento, mas usar esse investimento a favor da economia. Isto é particularmente importante quando o investimento que Moçambique recebe responde sobretudo a estratégias corporativas globais ligadas com o acesso a recursos energéticos estratégicos – desde a Mozal até às reservas de gás do Rovuma – pelo que o investidor já está persuadido a vir a Moçambique antes de o tentarmos atrair.

Propondo o problema III: desenvolvendo ligações

- O desenvolvimento de ligações responde a oportunidades geradas pelas dinâmicas de procura dos projectos. Mas também é vital que responda a perguntas/pressões/problemas fundamentais que o Estado e a sociedade pretendem resolver. Por exemplo,
 - Será que dos nossos recursos energéticos queremos apenas as rendas ou queremos também, e sobretudo, construir alternativas energéticas, criar reservas energéticas, gerar uma base de industrialização diversificada e sustentável e influenciar o mercado mundial de energia? (Afinal parece que somos, potencialmente, um dos maiores produtores de gás natural no Mundo).
 - Será que as ligações a jusante do carvão e minério de ferro (a indústria de ferro e aço) fazem sentido e são oportunas para a economia como um todo, ou, neste caso, é preferível focar nas rendas para financiar industrialização a montante e paralela?
 - Será que basta recolher as rendas dos grandes projectos, ou a escolha das opções de alocação dessas rendas (estratégia industrial) é tão ou mais importante que a recolha das rendas (por exemplo, a escolha entre alocar as rendas na diversificação e intensificação da malha económica e produção de bens básicos de consumo doméstico, em vez de em infraestruturas para novos grandes projectos extractivos).

Propondo o problema III: desenvolvendo ligações

- Há vários tipos de ligações possíveis, mas vamos limitar-nos a dois, os mais importantes:
 - Produtivas, que incluem ligações a montante, jusante e paralelas, tecnológicas e logísticas, emprego e partilha da produção; e
 - Rendas
- Embora diferentes, estas ligações podem ser todas combinadas. Isto é particularmente importante quando o enfoque inicial das ligações é nas rendas, pois a questão central não é quanto é que o Estado apropria por vias dos vários mecanismos de tributação e extracção de rendas, mas como é que estas rendas são alocadas (em que tipo de ligações produtivas – montante, jusante ou paralelas – as rendas são transformadas e, nesse processo, como é que a estratégia de utilização dessas rendas responde a necessidades vitais como a produção e circulação de bens básicos de consumo a baixo custo, a geração de emprego com crescente aumento da produtividade e dos salários reais, a adopção de novas tecnologias, etc.).

Propondo o problema IV: propriedade e controlo do Estado e ligações

- A combinação de todas as ligações fundamentais, do ponto de vista da economia, é mais realizável e mais fácil quando os projectos pertencem ao Estado ou o Estado tem grande autoridade e controlo sobre os projectos. Com propriedade e controlo do Estado o nível de absorção aumenta substancialmente e a porosidade diminui. Além disso, é muito mais fácil negociar com o capital a favor da economia como um todo partindo de uma firme propriedade e controlo do Estado. Portanto, existe um argumento para nacionalismo económico em torno da propriedade e controlo do Estado dos grandes recursos estratégicos nacionais, sobretudo, mas não apenas, os energéticos. Este argumento é válido economicamente e tem que ser considerado, mesmo que seja politicamente difícil de implementar.
- Porém, a propriedade e controlo do Estado não são a única opção, e nem sempre estão disponíveis como opções possíveis dado o contexto histórico e as condições económicas, sociais e políticas concretas.
- Sobretudo, a propriedade e controlo do Estado sobre os recursos não são garantia de que o Estado vai por esse seu poder à disposição da sociedade como um todo. Isto depende da natureza política e social do Estado e das suas ligações com o capital e trabalho, das pressões e opções políticas, sociais e económicas existentes em cada momento e das capacidades criadas.

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- As ligações industriais são de três tipos:
 - Directamente produtivas: a montante (fornecedores de bens e serviços, dependentes do projecto), a jusante (processadores de matérias primas, dependentes do projecto e reprodutoras dos padrões de acumulação relacionados com o projecto), paralelas (que podem ou não estar ligadas ao projecto, mas não são dependentes do projecto), e partilha de produção (que pode permitir gerar ligações novas e alargar as bases e oportunidades de substituição de importações e diversificação produtiva, como é, por exemplo, o caso da geração de fontes energéticas alternativas).
 - Disseminação ou promoção tecnológica.
 - Emprego
- Em economias subdesenvolvidas, as ligações a montante e paralelas são as mais importantes. Ambas diversificam a base produtiva e logística, criam malhas densas de actividades económicas, multiplicam fontes de pressão, procura e qualificações e aumentam as possibilidades de gerar e fazer circular bens básicos de consumo a baixo custo e de aproveitar as oportunidades diversas que possam surgir. É possível prosseguir estas duas vias ao mesmo tempo, mas muito depende da sensibilidade estratégia e da mobilização de rendas.

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- Se os polos de pressão/procura forem poucos e isolados, o risco do investimento nas ligações a montante aumenta pelo que é mais difícil inovar e criar nova capacidade. Se houver diversificação de polos de pressão e procura, a base de expansão e criação de economias de escala com as ligações a montante melhora substancialmente. Portanto, na escolha e desenvolvimento de ligações industriais é preciso pensar nas opções que permitem gerar economias de escala com diversidade de fontes de procura em mercados dinâmicos.
- Logo, nem todas as ligações possíveis podem ser concretizadas ao mesmo tempo – se escolhermos começar por fios eléctricos ou rolamentos, por produção de comida ou de componentes industriais, isso depende não só da capacidade que já existe mas também da oportunidade de diversificação dos polos de procura e dos problemas e pressões sociais de base que queremos resolver.

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- Por exemplo, há empresas metalo-mecânicas que reduziram substancialmente ou abandonaram a produção de produtos industriais para se dedicarem à prestação de serviços de engenharia e manutenção industrial, pois é nesta actividade onde conseguem diversificar fontes de procura. Não basta que um cliente seja grande e a procura agregada enorme; sem diversificação o risco de insucesso a médio e longo prazo é muito alto, o que acaba resultando em subinvestimento. A experiência da Mozal comprova isto (ver Castel-Branco e Goldin, 2003, http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf, Castel-Branco, 2003, http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI%202003c%20QUADER_.PDF, e Castel-Branco, 2004, <http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/CCA-AI-2004-Impact-of-SA-trade-and-FDI.pdf>).

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- Outro exemplo – para ligar crescimento económico com geração de emprego e redução da pobreza é absolutamente necessário garantir a oferta de bens e serviços básicos de consumo (*wage goods*), especialmente comida, mas também os serviços sociais básicos, a baixo custo. Isto permitirá aumentar os salários reais sem aumentar os salários nominais, garantindo a combinação da competitividade do emprego com a elevação da qualidade de vida dos trabalhadores. O prosseguimento de uma estratégia de desenvolvimento intensiva em trabalho requer uma estrutura produtiva e de prestação de serviços virada para as necessidades básicas dos que trabalham (*wage goods and services*). Os contornos deste debate podem ser seguidos em Wuyts, 2011 (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_35P.pdf) e O’Laughlin, 2010 (http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_04_Bridget.pdf).

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- Portanto, é importante ligar as relações a montante (dependentes) e as paralelas (não dependentes) para diversificar e tornar mais densa a malha produtiva e o nível e fontes de procura. Por exemplo, é mais viável avançar com a produção de rolamentos se houver uma procura diversificada para além da Mozal (açucareiras, oficinas de máquinas agrícolas, outras indústrias em expansão, etc.). Portanto, gerar essas outras indústrias e serviços potencia as ligações industriais com a Mozal.
- Mas de onde surge a base produtiva das ligações paralelas?
 - Em parte provem de fontes de procura já existentes na economia ou potenciadas por outros projectos existentes na economia – por exemplo, a rápida expansão da produção de soja por causa da rápida expansão da produção avícola no norte de Moçambique.
 - Em parte provem de intersecções entre várias indústrias com semelhante procura para o mesmo tipo de bens e serviços – por exemplo, os rolamentos para a Mozal e as açucareiras ou oficinas mecânicas.
 - Ou pode emergir da aplicação estratégica das rendas acumuladas com os grandes projectos no desenvolvimento de indústrias novas que respondam às questões “diversificação”, “articulação e intensificação da densidade da malha industrial”, “economias de escala”, “redução dos custos marginais de investimento para outras indústrias”, “satisfação de necessidades básicas de massificação de emprego com salários reais em crescimento”.

Ligações industriais I: ligações a montante, paralelas e diversificação

- Ligações a montante ou paralelas podem ser estrategicamente identificadas como oportunidades se tomarmos em conta as economias de escala, a procura e também as possibilidades de reduzir custos marginais de investimento – por exemplo, a provisão de serviços comuns para uma variedade de indústrias (serviços tecnológicos, sistemas de recolha e tratamento de resíduos industriais, sistemas de formação técnica ou de gestão de qualidade, sistemas de montagem, reparação e manutenção industrial, produção de materiais intermediários ou de comida barata para os trabalhadores, etc.).

Ligações industriais II: ligações a jusante e tecnológicas

- As ligações a jusante (processamento dos produtos minerais) são mais complexas e difíceis de sustentar por causa das economias de escala, custos, intensidade de capital e qualificações.
- Além disso, em economias subdesenvolvidas e pouco diversificadas, ligações a jusante tendem a estruturar a economia em torno de grandes projectos, reproduzindo o carácter extractivo, poroso e afunilado da economia em detrimento da diversificação, articulação e intensificação da densidade da malha económica e da capacidade de absorção e utilização do excedente gerado.
- Mas há casos em que as ligações a jusante fazem sentido – por exemplo, a partilha de produtos/bens estratégicos (partilha de produção) para efeitos de retenção de riqueza, criação de reservas estratégicas de energia, substituição energética ou influência sobre os preços mundiais.
- A disseminação e promoção tecnológicas dependem não apenas da sofisticação tecnológica do grande projecto mas, sobretudo, das ligações a montante e paralelas. As ligações a jusante, com excepção do caso da energia e pouco mais, geralmente não se relacionam com o resto da economia o suficiente para gerar inovação e absorção tecnológica dinâmica.

Ligações industriais III: emprego

- Nenhum dos grandes projectos é grande empregador, especialmente na fase de operação (e os empregos na fase de construção são provisórios) em relação ao volume de investimento – dada a sua alta intensidade de capital, os custos por posto de trabalho neste projectos são tais que se toda a economia tivesse esses custos o PIB actual de Moçambique não teria capacidade de empregar mais de 20 mil trabalhadores.
- No entanto estes projectos têm uma relativamente elevada procura de trabalhadores qualificados, o que pode servir de estímulo e ponto de referência para o sistema de educação, tanto na orientação das áreas de formação, como na elevação da qualidade do ensino para níveis aceitáveis.
- Mas estruturar o sistema e estímulos de educação em torno de um leque afunilado de qualificações para responder a uma economia estruturalmente afunilada é muito problemático:
 - Tanto no que diz respeito à abertura ou restrição de opções para o futuro
 - Como no que diz respeito ao papel mais geral da educação na formação e transformação progressista da sociedade.
- Portanto, é mais interessante gerar oportunidades e focos de pressão diversificados que criem opções e oportunidades múltiplas e densas, e que desenvolvam as pessoas na sua totalidade, do que simplesmente orientar a educação para uma ou outra qualificação. É também possível pensar na relação entre vários tipos de formação.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

- As ligações fiscais são as menos difíceis de concretizar (menos difíceis não quer dizer que não sejam difíceis). É preciso conhecer e dominar cada indústria, o seu processo de produção, comercialização e extracção de rendas, para saber como tributar melhor, o que tributar, que sistemas fiscais usar, onde fazer incidir o esforço fiscal, etc.. As empresas internacionais usam muitas formas de fugir ao fisco – através do *transfer pricing* e outras formas de manipulação contabilística, subvalorização das exportações, associação com elites políticas e económicas nacionais, persuasão (de governos e sociedades) que sem isenções fiscais não investem, etc. Portanto, é preciso ser estratégico, inteligente e competente para tratar desta questão.
- A evidência mostra que incentivos fiscais são e foram redundantes para atrair o tipo de investimento que Moçambique recebeu e está a receber. Há uma série de estudos realizados por organizações internacionais especializadas nestas questões que mostram isto. Aliás, o governo de Moçambique mudou a lei de investimento tendo substancialmente reduzido os incentivos em alguns casos e situações, sem que isso tivesse qualquer impacto no investimento (não serviu nem para aumentar nem para reduzir, porque os incentivos são redundantes).

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

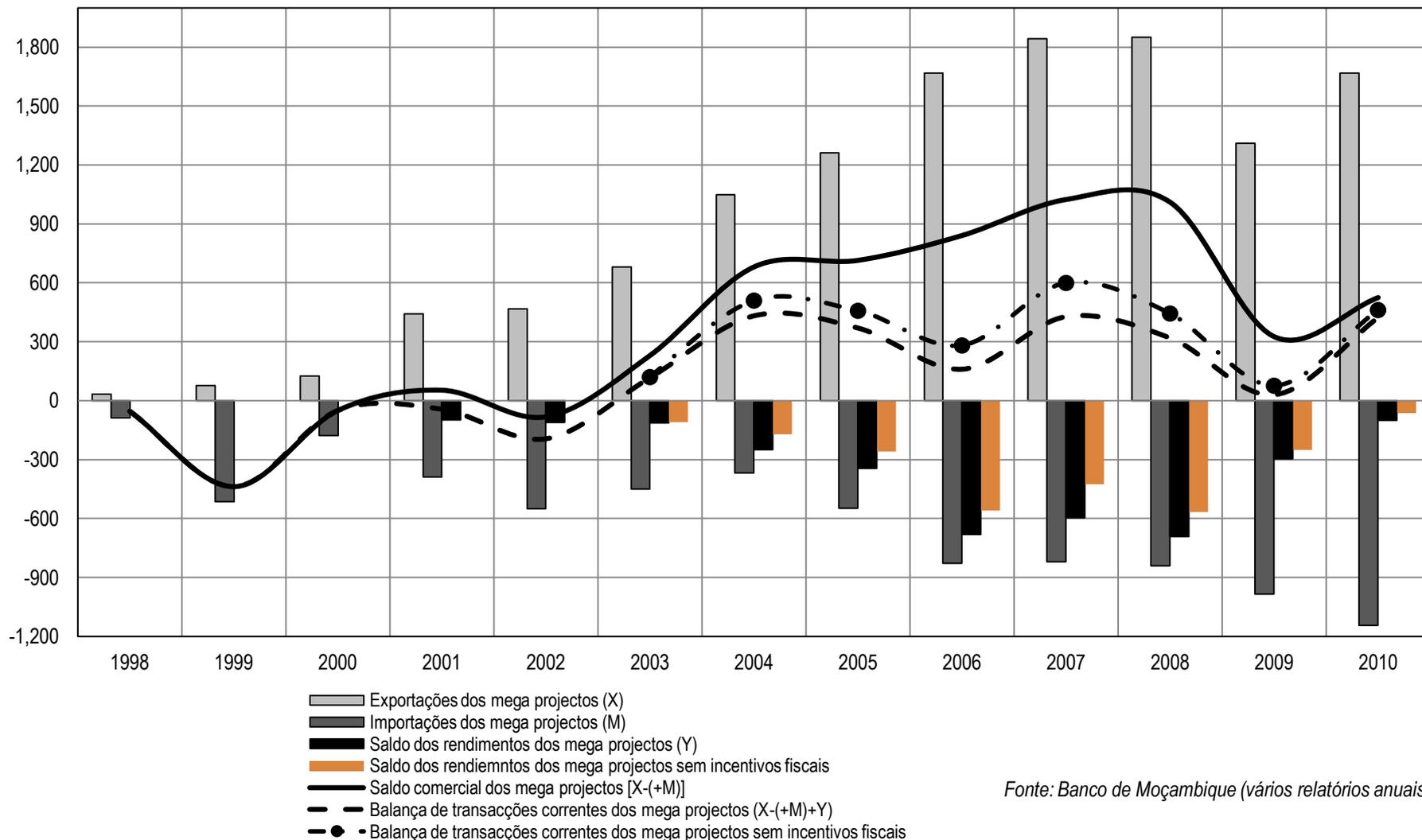
- O argumento oficial neste momento é que os benefícios da extracção dos recursos minerais só se começarão a fazer sentir no futuro – daqui a uma década, aproximadamente. Portanto, diz o argumento, é preciso gerir as expectativas e explicar a necessidade de se ser paciente.
- É verdade que o carvão só está a começar a ser explorado, e que as grandes reservas de gás que estão sendo descobertas em vários pontos do País, especialmente na bacia do Rovuma, ainda estão em fase de prospecção.
- Mas será que **neste momento** não é possível ganhar nada? Será que não existem rendas por recolher e ligações por concretizar? Será que apenas o que está para vir daqui a 10 anos é importante e o que já existe não é possível aproveitar e, por isso, deve ser esquecido?
- A questão, então, é saber se Moçambique está a perder neste momento, quanto, quão relevante é, e se pode fazer alguma coisa sobre isso.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

- Já existem projectos de grande dimensão – como a Mozal (fundição de alumínio para exportação), a Sasol (extracção de gás para exportação) e a Kenmare (extracção de areias pesadas ou minerais, para exportação) – que estão a funcionar com viabilidade comercial e com um lucro combinado médio anual, nos últimos 3-4 anos, superior a US\$ 700 milhões.
- O gráfico que se segue, que combina dois mega projectos, Mozal e Sasol, mostra que, apenas com transferências relacionadas com incentivos fiscais sobre os lucros desses projectos, a economia nacional perdeu em média cerca US\$ 100 milhões por ano entre 2004 e 2010, com um pico acima de US\$ 150 milhões em 2007 (o impacto drástico da crise económica internacional sobre o preço do alumínio, entre 2008 e 2009, reduziu os lucros da Mozal e, portanto, as perdas da economia nacional com mega projectos).

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

Gráfico 1: Diferença entre o saldo comercial (exportações menos importações) e o saldo das transações correntes (saldo comercial menos saldo de rendimentos) dos mega projectos (em US\$ milhões)



Fonte: Banco de Moçambique (vários relatórios anuais)

Ligações fiscais e impacto macroeconómico

- Além disto, os dados da Conta Geral do Estado, expandidos com os dados das contas da Mozal, mostram que entre 2002 e 2010 os custos anuais médios dos incentivos fiscais à economia para o orçamento do Estado foram de US\$ 171 milhões, com os picos nos seguintes anos: 2008 (US\$ 468 milhões), 2009 (US\$ 372 milhões), 2007 (US\$ 317 milhões) e 2010 (US\$ 218 milhões). Destes montante, estima-se que cerca de dois terços sejam relacionados com incentivos fiscais aos grandes projectos (somente a Mozal e a Sasol representam mais de metade deste valor).
- Note-se que o custo dos incentivos fiscais são calculados como a matéria fiscal colectável (que existe agora) que não foi colectada por efeito dos incentivos fiscais. Portanto, esta matéria colectável existe! Não é ficção! Não precisa de esperar 10 anos, pois já existe!
- E não é uma ninharia que não vale o esforço de tentar cobrar – é uma média anual de US\$ 171 milhões (o dobro da despesa do Estado com a agricultura) em cada um dos 9 anos entre 2002 e 2010!

Ligações fiscais e impacto macroeconómico

- Quer dizer, nos últimos 9 anos o Estado poderia ter arrecadado em receitas fiscais um adicional de cerca de US\$ 1,5 biliões, se não fossem os incentivos fiscais. A título comparativo:
 - Este montante é o dobro do que o Estado gastou, nesses 9 anos, com a agricultura, ou superior ao que gastou com a educação, ou com a saúde.
 - É um montante 30 vezes superior aos subsídios que o Estado deu para a pequena e média empresa industrial;
 - Este montante permitiria pagar os subsídios do pão durante 25 anos ou os do combustível durante 12 anos (não se está a argumentar que o uso desse montante nestes subsídios seja uma boa opção, mas apenas se está a fazer uma comparação de magnitudes).
 - Este montante é equivalente ao total dos fundos de iniciativa local e/ou desenvolvimento distrital (vulgos “7 milhões”) distribuídos por todos 128 distritos rurais do País desde o início da implementação desta iniciativa.
 - Este montante é equivalente a cerca de 60% do orçamento do Estado em 2010 ou ao total da ajuda geral ao orçamento do Estado (AGOÉ) dos últimos quatro anos, ou 20% superior a toda a ajuda externa ao governo (ajuda geral ao orçamento, mais ajuda aos orçamentos sectoriais, mais ajuda a projectos do orçamento público) em 2010.

Ligações fiscais e impacto macroeconómico

- Portanto, primeiro o custo efectivo existe nas contas do Estado, o que quer dizer que a matéria colectável já existe para ser colectada mas não o é por causa dos incentivos fiscais sobre os lucros das empresas. Segundo, o montante não é uma ninharia, vale o dobro de todo o investimento público na agricultura entre 2002 e 2010.
- A tabela 1, construída com base nos relatórios da iniciativa de transparência da indústria extractiva em Moçambique (ITIEM) de 2008 e 2009, mostra que em média, em 2008 e 2009, a economia nacional absorveu apenas 5% das receitas de exportação totais da Kenmare (extracção de areias pesadas em Moma, Nampula) e Sasol (extracção de gás natural em Pande/Temane, Inhambane). Deste montante:
 - Pouco menos de 4% das receitas de exportação dos dois projectos provieram de royalties em cash e em espécie
 - O imposto sobre o rendimento do trabalho (IRPS) e as chamadas “acções de responsabilidade social” representaram, no conjunto, pouco menos de 2% destas receitas de exportação
 - Os impostos sobre rendimentos do capital representaram menos de 0,07% (menos de um por mil) das receitas de exportação destes projectos, apesar de ambos serem lucrativos nesses dois anos.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

TABELA 1: EXEMPLO DA KENMARE E SASOL – ABSORÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL POR TIPO DE CONTRIBUTO FISCAL E NÃO FISCAL, COMO % DAS RECEITAS DE EXPORTAÇÃO DESTES PROJECTOS (DADOS AGREGADOS PARA 2008 E 2009, NÚMEROS ARREDONDADOS)

	Total	IRPC	IRPS	Royalties cash	Royalties Espécie	Responsabilidade Social	Impostos de Superfície
Kenmare	5%	0.3%	3%	1%	0%	1%	0.1%
Sasol	5%	0.003%	0.3%	2%	3%	1%	0%
Total	5%	0.07%	1%	2%	2%	1%	0.02%

Fonte: Relatórios do ITIEM, 2008 e 2009.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

- Portanto, a tabela 1 mais uma vez demonstra que existe espaço para mobilização de receita fiscal tributando o capital, em especial o grande capital. Além disso, a tributação dos rendimentos crescentes do capital permite ligar as dinâmicas fiscais directamente com as de crescimento económico, tornando a economia mais saudável e sustentável.
- A tabela 2, construída com base nos dados da Conta Geral do Estado ajustados pela eliminação de incentivos fiscais sobre os lucros de dois mega projectos apenas, Mozal e Sasol, mostra outra dimensão social das dinâmicas fiscais.
 - Se os incentivos fiscais sobre os rendimentos do capital forem mantidos, o contributo do rendimento de capital (IRPC) para os impostos directos é largamente inferior ao contributo do rendimento de trabalho (IRPS) nos 11 anos entre 1999 e 2009. Isto acontece numa economia em que apenas uma fracção marginal da força de trabalho é formal e paga impostos, e maioria dos trabalhadores nessa fracção auferem salários abaixo da linha de pobreza. Ao mesmo tempo, a percentagem do PIB que cabe aos lucros subiu rapidamente neste período para mais de 60%, a economia está a crescer rapidamente e o investimento está cada vez mais concentrado em grandes projectos.
 - Se os incentivos fiscais sobre os rendimentos do capital forem eliminados em apenas dois mega projectos (Mozal e Sasol), o contributo do IRPC excede o do rendimento do trabalho pelo menos a partir de 2004. Mesmo com a drástica redução nos rendimentos da Mozal entre 2008 e 2009 por causa da crise do preço do alumínio e da electricidade, a tributação dos seus rendimentos de capital permitiriam que o valor do rácio IRPC/IRPS fosse substancialmente superior sem os incentivos do que com os incentivos.
- Portanto, a cobrança de impostos sobre os rendimentos de capital também joga o papel de promoção de justiça social na distribuição de ganhos e responsabilidades na economia.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

TABELA 2: RELAÇÃO ENTRE O CONTRIBUTO AGREGADO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE CAPITAL (IRPC) E DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO TRABALHO (IRPS) COM E SEM INCENTIVOS FISCAIS SOBRE OS RENDIMENTOS DE CAPITAL DA MOZAL E SASOL

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Rácio IRPC/IRPS com incentivos fiscais	88	60	55	50	40	42	53	67	91	96	96	114
Rácio IRPC/IRPS sem incentivos fiscais à Mozal e Sasol	na	na	na	na	43	107	127	149	173	149	135	128

Nota: Se o rácio for igual a 100, o contributo dos dois é igual. Se for superior a 100, o contributo do rendimento do capital é superior ao do rendimento do trabalho. Naturalmente, se o rácio for inferior a 100, o contributo do rendimento do capital será inferior ao do trabalho. Por exemplo, se o rácio for 50 (2002), o contributo do capital será exactamente metade do contributo do trabalho.

Fonte: Dados da Conta Geral do Estado Ajustados com inclusão e exclusão de incentivos fiscais sobre os rendimentos de capital da Mozal e Sasol.

Ligações fiscais I: tributação dos lucros do capital

- Os dados apresentados até ao momento permitem concluir que neste momento (não apenas daqui a 10 anos) existe espaço fiscal substancial para ser colectado (por volta de US\$ 171 milhões por ano) com a eliminação de incentivos fiscais redundantes. Este montante é relevante para a economia (mais do dobro da despesa anual do Estado com a agricultura e 30+ vezes superior à despesa anual do Estado com o apoio às pequenas e médias empresas industriais), está concentrado nos mega projectos e é importante para reduzir a desigualdade na distribuição do rendimento entre capital e trabalho.
- Os dados também mostram que a chamada “responsabilidade social” dos mega projectos é uma ninharia comparada com os incentivos fiscais que eles recebem e com a perda de receita pública potencial relacionada com tais incentivos.

Ligações fiscais II: tributação da terra

- Mas é preciso chamar a atenção sobre os seguintes aspectos: até ao momento, a discussão sobre impacto fiscal concentrou-se em apenas um incentivo (sobre os rendimentos directos do capital) e dois impactos (disponibilidade de capacidade fiscal e redistribuição social do esforço fiscal entre capital e trabalho).
- Sobre a receita fiscal, há pelo menos dois outros aspectos a considerar. Primeiro, os **impostos sobre a terra** (para grandes explorações agrícolas) e de superfície (recursos minerais). Estes impostos devem ser pagos assim que a superfície seja alocada, quer o projecto esteja a produzir ou não. Dados sobre os impostos de superfície (ver tabela 1 e Castel-Branco, 2010, http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/economia/IESE_EconExt_1.EconExt.pdf) mostram que estes ainda não contribuem nada relevante para as receitas fiscais apesar das grandes concessões mineiras e de hidrocarbonetos alocadas.

Ligações fiscais II: tributação da terra

- Dados sobre a terra concessionada a grandes explorações agrícolas (mais de mil hectares), mostram que:
 - Mais de 2,5 milhões de hectares foram distribuídos entre 2004-2009;
 - As tarifas de terra são baixíssimas (um terço de dólar por hectare em média) e só são progressivas até 1.000 hectares (dois terços das concessões agrícolas cobertas nestes 2,5 milhões de hectares ultrapassam 10.000 hectares cada). As explorações pecuárias, silvicultura e culturas permanentes não são abrangidas pelas taxas progressivas, e a terra para produção alimentar é 7 vezes mais cara que a terra para pastagens ou culturas permanentes.
 - Aplicando as tarifas de terra actualizadas em 2010, calibradas por tipo de actividade, esta área deveria ter rendido ao Estado cerca de US\$ 1 milhão, isto é, menos de meio dólar por hectare (repetimos, estamos a falar de explorações agrícolas comerciais grandes, superiores a 1.000 hectares cada);
 - Dados oficiais indicam que o Estado colectou menos de US\$ 100 mil (menos de 10%) do valor que estimado.

Ligações fiscais II: tributação da terra

- Modelos de outros países apontam para tarifas sobre a terra baseadas na sua valorização comercial calibrada pelas funções económicas e sociais da terra em cada contexto. Em regra, as tarifas sobre a terra privilegiam a produção de alimentos em vez de a penalizar. Estudos sobre processos de industrialização em Taiwan, Coreia do Sul, Índia, Brasil, Japão e mesmo na Europa, na fase da revolução industrial, mostram a relevância das taxas sobre o uso comercial da terra para mobilizar recursos financeiros para financiar a transformação industrial da economia.

Ligações fiscais II: tributação da terra

- Evidentemente, é preciso perguntar porque é que a terra para exploração comercial em grande escala é mantida a preço irrisório, sendo mais cara para a produção de alimentos do que para pastagens e culturas permanentes, apesar da aparente irracionalidade desta política. E porque é que mesmo essas tarifas irrisórias não são cobradas. Será por factores políticos e sociais fora do nosso alcance compreender? Será por erro ou ignorância? Será porque as elites políticas e económicas estão envolvidas na acumulação de terra sem fins produtivos imediatos – provavelmente mais com fim de apropriação e “privatização” informal de activos para especulação no futuro – pelo que precisam que a terra seja praticamente de graça para atingirem os seus objectivos no contexto da sua acumulação primitiva e improdutiva?

Ligações fiscais II: tributação da terra

- Os impostos sobre a terra para as grandes explorações comerciais agrícolas e de superfície para as grandes explorações mineiras podem mobilizar anualmente recursos fiscais aproximadamente da mesma magnitude que a eliminação dos incentivos fiscais sobre os rendimentos de capital dos mega projectos mencionados até ao momento. E esta receita (sobre a terra e sobre a superfície) está disponível para ser colectada agora, não apenas daqui a 10 anos.
- A receita combinada da eliminação dos incentivos fiscais sobre os rendimentos de capital dos mega projectos que já estão em operação e são lucrativos e da tributação adequada da terra e superfície permitira expandir o orçamento do Estado imediatamente (não daqui a 10 anos, mas agora) em cerca de 18% e, no processo, reduzir a dependência do financiamento externo do orçamento para menos de 30%. Não daqui a 10 anos, mas agora!

Ligações fiscais III: fuga ilícita de capitais

- O segundo aspecto adicional a considerar sobre receitas fiscais é a dimensão da fuga ilícita de capitais associada com mega projectos. Se por um lado os incentivos fiscais sobre os rendimentos do capital e as taxas irrisórias sobre a terra e de superfície permitem aumentar a “exportação” lícita de capitais do País (como mostra o gráfico 1), por outro há crescentes interrogações sobre o que está a acontecer com a fuga ilícita de capitais relacionada com o investimento estrangeiro e com as enormes facilidades que este obtém em Moçambique. Dados sobre Moçambique são ainda escassos, mas relatórios do Global Financial Integrity indicam que a fuga ilícita de capitais (deflacionada) se intensificou na segunda metade dos anos 2000, em parte associada com a actividade do grande investimento estrangeiro, aproximando-se neste momento de 3%-5% do PIB (ver GFI, <http://www.gfintegrity.org/content/view/300/154/>, Vestergaard and Hojland, 2009, http://www.diis.dk/graphics/Publications/PolicyBriefs2009/PB2009_nov_combating_illicit_flows.pdf, Fjeldstad and Heggstad, 2011, <http://www.cmi.no/publications/file/4045-taxation-mozambique-tanzania-zambia.pdf>, Froberg and Waris, 2011, <http://www.forumsyd.org/upload/Bringing%20the%20billions%20back.pdf>).
- Portanto, o PIB de Moçambique deve estar a perder entre 6%-10% do seu valor anual por via da exportação lícita não tributada e da fuga ilícita de capitais.

Ligações fiscais III: fuga ilícita de capitais

- Uma das formas suspeitas de saída ilícita de capitais analisada nos estudos mencionados é a subvalorização das exportações pelos mega projectos em Moçambique. Comparando dados das exportações declaradas pelas empresas – Mozal, Sasol, Kenmare e outras – com os dados registados e declarados pelos importadores, o resultado é uma subvalorização das exportações pelo exportador na ordem dos 10%-15%. Parte desta diferença pode ser devida a factores contabilísticos – diferenças cambiais e diferenças entre preços fob (de exportação) e cif (de importação), mas estes factores não explicam a totalidade da diferença. Existe ainda espaço considerável para deliberada subvalorização das exportações como forma de reduzir ainda mais a matéria colectável em Moçambique e aumentar a capacidade da empresa de persuadir o governo de Moçambique que não pode pagar impostos.
- *Transfer pricing*, ou sobrevalorização dos preços de compra de insumos às delegações exteriores das companhias, é outra prática de empresas internacionais, incluindo as que operam em Moçambique, denunciada e analisada nestes relatórios, mas esta prática é difícil de medir com precisão.

Ligações fiscais III: fuga ilícita de capitais

- Não é surpreendente que algumas das grandes empresas multinacionais que operam em Moçambique e muitos dos grandes “investidores” que declararam as suas intenções de investir em Moçambique (se o fazem ou não produtivamente, é uma outra questão a analisar) se estabeleceram recentemente em paraísos fiscais (Maurícias e outros).
- Os dados apresentados nestes relatórios indicam que a fuga ilícita de capitais em Moçambique pode ser, em alguns anos, tão alta como o valor total da ajuda geral ao orçamento do Estado (AGOE), isto é, aproximadamente 30% de toda a ajuda externa ao governo num dado ano.
- Estes relatórios chamam a atenção para a necessidade de o governo aprender a lidar com as grandes multinacionais e com as suas práticas lícitas e ilícitas de promover exportação de capitais, antes de acelerar a concessão de recursos não renováveis a estas empresas.

Ligações fiscais IV: é possível renegociar contratos?

- Entre 2006 e 2010, os lucros anuais globais da BHP (principal accionista na Mozal) e da Sasol variaram entre US\$ 10 biliões e US\$ 23 biliões (BHP) e US\$ 2 biliões e US\$ 3 biliões (Sasol). Os lucros da BHP relacionados com o alumínio rondaram os US\$ 1 bilião em média por ano, entre 2000 e 2011, e os lucros da Mozal perfizeram mais de um terço desse montante – mesmo com a crise dos preços de alumínio e de energia eléctrica. Os lucros combinados da Mozal e da Sasol em Moçambique, entre 2005 e 2010, rondaram uma média anual de US\$ 700 milhões.
- Portanto, **existe matéria colectável** para tributar. Os cálculos, apresentados anteriormente, indicam que com tarifas moderadas é possível extrair em receitas fiscais entre US\$ 150 milhões ou US\$ 170 milhões anuais destes projectos sem impedir que tenham lucros substanciais e sem que as receitas fiscais se façam sentir na estrutura de custo globais dessas empresas de forma impeditiva ou desproporcionada.

Ligações fiscais IV: é possível renegociar contratos?

- Além disso, os contratos assinados com estas empresas são claramente desfavoráveis para a economia Moçambicana – os incentivos fiscais são excessivos, redundantes e por períodos demasiado longos; os preços de venda de gás são dos mais baixos do mundo; a partilha de produção prevê uma fatia excessivamente pequena para Moçambique. O governo, a sociedade civil, as empresas, os mercados financeiros internacionais, as instituições financeiras internacionais multilaterais, os doadores, sabem isto muito bem. E sabem que se o governo Moçambicano quiser renegociar os contratos será um pequeno grupo de contratos, não todos, que têm um potencial impacto macroeconómico enorme em Moçambique e quase nenhum impacto nessas empresas. Portanto, é possível renegociar sem “perder face” nem descredibilizar as instituições nacionais. É bem possível que o governo consiga mobilizar o apoio político e as capacidades técnicas e institucionais necessárias para fazer esta renegociação. **Portanto, há condições políticas e a possibilidade de criar condições técnicas e institucionais para fazer a renegociação.**

Ligações fiscais IV: é possível renegociar contratos?

- Entre 2006 e 2009, sete países da África Sub-Sahariana (Libéria, Tanzânia, Madagáscar, Guiné Equatorial, Zâmbia, Zimbábwe e República Democrática do Congo) renegociaram, com sucesso, contratos em concessões de ferro e aço, ouro, limnrite e cobre. A causa da renegociação foi sempre a mesma – a economia nacional não estava a beneficiar suficientemente dos projectos por causa dos termos dos contratos. Todos conseguiram modificar os contratos e as renegociações nem diminuíram nem aumentaram o investimento estrangeiro. A Guiné Equatorial conseguiu, com recurso a instituições financeiras e legais internacionais, recolher à posteriori cerca de US\$ 500 milhões de impostos sobre ganhos extraordinários de capital resultantes da venda de activos mineiros por umas empresas para outras. Portanto, há exemplos de sucesso na nossa região, nos últimos anos, que podem e devem ser compreendidos.

Ligações fiscais V: impacto macroeconómico mais geral

- Até aqui, a discussão sobre impacto macroeconómico da mobilização de recursos fiscais concentrou-se em dois pontos: aumento do espaço fiscal e redistribuição social mais equitativa do esforço fiscal entre capital e trabalho, tomando em conta a proporção do PIB apropriado pelo capital e, portanto, aumentando consideravelmente o contributo fiscal do capital.
- Mas estes dois impactos têm outras consequências igualmente importantes:
 - Primeiro, a possibilidade de, mesmo mantendo uma abordagem monetarista, aumentar a disponibilidade de capital para o investimento privado. Se o Estado conseguir aumentar a proporção do orçamento financiada por receita fiscal, vai conseguir reduzir a necessidade de ajuda externa, recurso a crédito não comercial e recurso à dívida pública doméstica. Deste modo, as pressões sobre a massa monetária doméstica diminuirão e, como consequência, diminuirão as pressões sobre os custos e a disponibilidade do capital. Portanto, um dos impactos de mobilizar a receita fiscal ociosa poderá ser o aumento de disponibilidade de capital a mais baixo custo para o investimento privado.
 - Segundo, se as receitas fiscais ficarem mais ligadas com os rendimentos do capital, elas serão mais elásticas relativamente ao crescimento económico, o que será saudável para a economia como um todo, para o Estado e para as empresas, e fundamental para a redistribuição do rendimento.
 - Terceiro, com a tributação e consequente socialização das rendas dos mega projectos é possível alargar a base produtiva, diversificar a base fiscal e as articulações na economia e, de facto, usar os mega projectos e o investimento directo estrangeiro em curso como um trampolim para uma economia não dependente da extracção e não porosa (que retenha fatias maiores da riqueza gerada no território nacional).

Conclusões

- Moçambique está numa fase de construção social e histórica que é dominada pela luta e pela contradição entre os processos de acumulação capitalista primitiva e a satisfação das necessidades mais básicas das pessoas de uma maneira geral. Este conflito é tão mais visível quanto a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza, e maioria dos que não estão abaixo dessa linha são extremamente vulneráveis e podem cair na pobreza profunda facilmente.
- Ao mesmo tempo, as classes média e rica (bastante pequenas numericamente) estão em expansão e consolidação e têm uma base de acumulação predominantemente especulativa e rendeira. Estes grupos dominam as instituições, a vida política, o controlo do acesso a recursos, a informação sobre os recursos e o investimento, os processos legislativos, as ligações internacionais e as ligações económicas mais fortes.

Conclusões

- Portanto, se é ou não possível usar os recursos minerais para beneficiar a economia como um todo, e a forma como isso pode acontecer, são questões eminentemente políticas – como é que as coisas vão acontecer, porquê e para benefício de quem?
- A tendência actual do debate sobre “apropriação nacional” dos recursos naturais em Moçambique é focada na propriedade – como é que os capitalistas ou candidatos a capitalistas nacionais podem ter acesso aos recursos aparentemente controlados pelas multinacionais?
- Não existe uma resposta única a esta questão – a resposta depende dos capitalistas e capitalismo que emergirem e dominarem o processo de acumulação primitiva (e posterior) com base nos recursos naturais, do papel do Estado e do capital financeiro nesse processo, e das questões prementes de desenvolvimento que se pretendem entretanto resolver.

Conclusões

- A formação de oligarquias financeiras, com alta concentração do capital financeiro e propriedade de terra e outros recursos, é compatível com uma estratégia em que “apropriação nacional” signifique quatro coisas:
 - Participação das elites nacionais na estrutura accionista das empresas mineradoras;
 - Parcerias público-privadas com grande participação financeira do Estado e envolvimento de grandes grupos nacionais e internacionais na engenharia financeira e nos serviços de infra-estruturas e comunicações para o capital extractivo;
 - Ligações a jusante dos mega projectos de recursos minerais, envolvendo grande investimento internacional no ferro e aço, refinação de combustíveis, indústrias químicas variadas e metalurgias;
 - Ligações a montante em áreas como serviços de engenharia industrial e construção civil;
 - Ligações do capital financeiro nacional e internacional, com parceria com o Estado, em torno do capital extractivo.
- Este tipo de opções forma capitalistas nacionais de natureza oligárquica e financeira, gera um certo tipo de apropriação nacional dos recursos naturais, mas reproduz a economia extractiva e porosa, não tem interesse na socialização das rendas via fiscalidade nem na diversificação e aumento da densidade da malha produtiva. Depende de fluxos de capital externo e das relações com o Estado para acesso a esses recursos.

Conclusões

- Se a questão de “apropriação” for tratada em resposta a questões como “como reduzir a natureza extractiva da economia e a sua porosidade?”, então as melhores opções são as relacionadas com as ligações a montante e paralelas (ver primeira parte da discussão nesta apresentação), que abrem as possibilidades para a diversificação, articulação, desenvolvimento do mercado doméstico e construção de malhas produtivas mais densas. Este caminho é associado com:
 - Pequenas e médias empresas e tipos de organização industrial (associações, *clusters*, e outras formas de oligopólio) que permitam atingir economias de escala, facilitar transacções, aprendizagem e serviços, concentrar qualificações, partilhar mercados e tecnologias, etc.
 - Desenvolvimento de serviços produtivos públicos, financiados pelo Estado, em resposta a estratégias industriais selectivas e focadas, sistemas de educação e saúde adequados e programas de urbanização alargada;
 - Mobilização e socialização das rendas dos grandes projectos e dos recursos (incluindo da terra) para financiar os programas de industrialização de base alargada e diversificada;
 - Enfoque na produção e circulação de bens e serviços básicos de consumo amplo e a baixo custo.

Conclusões

- Nenhuma destas opções é óptima para tudo e em todas as condições – como foi dito, depende dos capitalistas e capitalismo que emergirem e dominarem o processo de acumulação primitiva (e posterior) com base nos recursos naturais, do papel do Estado e do capital financeiro nesse processo, e das questões de desenvolvimento que as pressões económicas e interesses de grupo impuserem como dominantes na agenda política.
- É possível, até, que os dois tipos de opções se interceptem até um certo ponto, com elementos de uma e de outra a dominarem dependendo das pressões económicas e sociais em cada momento. Por exemplo, mesmo que o foco actual do Estado seja facilitar a relação entre o capital nacional e multinacional no processo de acumulação primitiva do primeiro, não é politicamente sustentável negligenciar a urgência de garantir a produção e circulação de comida e outros bens e serviços básicos em grande escala e a baixo custos, sob o risco de a instabilidade política que dessa negligência possa surgir ponha em causa a continuação do próprio processo de acumulação capitalista.

Conclusões

- No exemplo anterior, a questão de fundo será como usar as dinâmicas de acumulação dominantes para gerar comida e bens e serviços básicos de consumo – esta pergunta obriga-nos a regressar à discussão sobre os tipos de ligações (a montante e paralelas, para diversificar, articular e produzir para o mercado doméstico) e o papel da mobilização e socialização de rendas, via fiscal, para financiar essas ligações.
- Como foi antes discutido nesta apresentação, para pensar em ligações também é necessário diferenciar entre recursos e os tipos de ligações que são potenciadas e que são úteis em dados momentos do desenvolvimento económico – por exemplo, enquanto as ligações a jusante do carvão e minério de ferro tendencialmente reproduzem a economia extractiva e porosa, as ligações a jusante do gás para criar alternativas e reservas energéticas podem ser uma base importante de industrialização diversificada. O mesmo já não se pode dizer da diversificação a jusante do gás para formar a grande indústria química.

Conclusões

- Esta apresentação deve ter deixado claro que a mobilização de receitas e rendas fiscais dos mega projectos e a renegociação de contratos não são fins em si, mas apenas meios para extrair e socializar, por via fiscal, excedente de dinâmicas de acumulação extractivas existentes para gerar alternativas de industrialização diversificada e articulada, que responda às necessidades de substituição de importações, produção para o mercado doméstico e diversificação de exportações. Esta mobilização de recursos também está relacionada com a construção de um quadro macroeconómico propício para a produção alargada e diversificada e para a retenção de riqueza gerada dentro do território. Fora destas preocupações, a apropriação fiscal de rendas não é particularmente relevante em si – por exemplo, pode agir contra a apropriação privada das rendas para formação de oligarquias financeiras nacionais.

Conclusões

- Esta apresentação deve ter também chamado a atenção que tirar proveito dos grandes projectos de recursos minerais implica pensar estrategicamente com antecipação, quer sobre as oportunidades a serem abertas e como tirar proveito delas (concretizar o golo), quer sobre as opções de desenvolvimento que as escolhas de prioridades de ligações abrem ou fecham para o futuro. Em breve, é preciso um quadro macroeconómico de enquadramento dos recursos minerais numa estratégia de desenvolvimento nacional que, preferivelmente, deverá permitir diversificar, articular e alargar a base da produção, satisfazer as necessidades básicas de consumo tornar mais densa a absorvente a malha económica nacional.

Conclusões

- Desta apresentação deve também ter ficado claro que debates abertos são para identificar e clarificar preocupações, paradigmas e metodologias, e não para fazer planos e propostas executivas. Esta apresentação procurou apresentar uma metodologia de discussão e raciocínio – para lhe dar seguimento executivo, outro modelo de trabalho é necessário, nomeadamente a formação de equipas técnicas que preparem as decisões executivas. Mas tais equipas precisam das decisões políticas sobre quais as opções a seguir. Essas decisões competem ao Estado.

Obrigado!